

3

Família e empresa familiar: transformações históricas paralelas

De acordo com o senso comum, o termo família é definido da seguinte forma: 1) pessoas aparentadas que vivem em geral na mesma casa, particularmente, o pai, a mãe e os filhos; 2) pessoas do mesmo sangue; e 3) ascendência. Cada um de nós está ligado a pelo menos um tipo de família. Quando falamos em família nos referimos à nossa família de origem, ao nosso modelo ideal de família, à família que temos ou à que gostaríamos de ter tido. De qualquer forma, cada um de nós tem uma representação de família.

Nascimento (2006), antes de apresentar as principais transformações ocorridas, recentemente, na dinâmica e no perfil da família e na população brasileira, enumera e discute os diversos conceitos de família, tarefa bastante complexa, já que, academicamente, o conceito de família tem sido estudado sob óticas distintas que variam de acordo com as disciplinas e abordagens teóricas. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, a família é considerada a base da sociedade e é definida como a união estável entre homem e mulher ou qualquer um dos pais e seus descendentes. Para as pesquisas demográficas o IBGE define família da seguinte forma: a) pessoa que mora sozinha, b) conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica¹, e c) pessoas ligadas por normas de convivência².

A família, objeto de estudo e atenção por parte dos terapeutas de família, é muito mais do que foi descrito acima. Ela tem uma história e um funcionamento que são únicos. Podemos, ainda, falar da família de procriação ou genitora, constituída pelo nascimento dos filhos, da família de criação, que fornece alimentação, cuidados e atenção, e da família adotiva, que proporciona a filiação em uma linhagem, propõe uma identidade, confere uma herança (Miermont, J e cols, 1987). Podemos ainda nos referir às famílias de origem, nuclear ou extensa (ampliada). Além disso, é o espaço de ser e pertencer, é onde os indivíduos se

¹ Dependência doméstica é a situação de subordinação dos empregados domésticos e dos agregados em relação à pessoa responsável pelo domicílio ou pela família.

² Normas de convivência são as regras estabelecidas para convivência de pessoas que residem no mesmo domicílio e não estão ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica.

desenvolvem, se tornam indivíduos diferentes dos outros mesmo pertencendo a um grupo com um história comum. É o lugar onde cada um experimenta os mais diversos sentimentos, é o nosso 1º laboratório para ser e estar no mundo. Em casa aprendemos a dividir (o espaço físico, o tempo, os objetos físicos, a atenção e o carinho dos pais), aprendemos a lidar com os sentimentos positivos, negativos e com a ambivalência de sentimentos; principalmente com os irmãos, aprendemos a negociar, a competir e a cooperar. Aprendemos também o significado de ser uma família, um grupo unido por um nome e por uma história anterior a essa formação grupal.

Algumas das funções da família moderna são:

- Responder às necessidades de comida, abrigo e outras que possibilitam a sobrevivência e a proteção de perigos externos, principalmente dos bebês que são altamente dependentes,
- Promover um aconchego social já que a família é a matriz dos vínculos afetivos das relações familiares,
- Possibilitar o desenvolvimento de uma identidade pessoal, ou seja, dar instrumentos para preparar a criança para o mundo.
- Modelar os papéis sexuais,
- Preparar seus membros para a integração dos diversos papéis sociais e para a aceitação das responsabilidades sociais. (Podemos dizer que quanto mais segura emocionalmente for uma pessoa, mais fácil vai ser para ela se relacionar com o mundo e desempenhar os seus diversos papéis.)
- Cultivar a aprendizagem e o apoio à criatividade e a iniciativa individuais.

Dessa forma, podemos afirmar que as funções principais da família são assegurar a sobrevivência física de seus membros e a socialização das crianças e possibilitar o desenvolvimento de identidades bem definidas e individualizadas. Ao mesmo tempo em que a família protege a criança do mundo exterior ela prepara a criança para a entrada neste mundo.

A família é, assim, a matriz, a formadora da identidade: quem molda a individualidade de seus membros. A experiência humana de identidade possui dois elementos: um sentimento de pertencimento (ser parte de alguma coisa) e o sentimento de estar separado, de ser diferente. E a família é o laboratório onde

estes ingredientes são misturados, dosados e distribuídos. Isto se dá desde muito cedo, a partir dos primeiros processos de socialização. Só que isso nem sempre foi assim.

3.1 – As transformações históricas da família

A família sofreu uma série de transformações ao longo dos séculos – podemos falar da família tradicional, família moderna e família pós-moderna, ou então, classificá-las em hierárquicas ou igualitárias. E as mudanças continuam acontecendo. Neste trabalho, apresentaremos uma breve história da família e a relação existente entre família e trabalho, pois, como veremos, durante muito tempo, o trabalho acontecia dentro de casa e a família toda se organizava em torno da atividade produtiva.

Praticamente, todas as sociedades, se organizam em famílias, mas as famílias são diferentes. A família é produto do sistema social e reflete o estado da cultura deste sistema. Ela se molda às condições de vida dominantes num determinado espaço de tempo, isto é, elas são diferentes e devem ser contextualizadas em um tempo e uma cultura.

A família nuclear, moderna, formada por pai, mãe e filhos, morando num local próprio tal como a conhecemos nos dias de hoje, é uma estrutura recente, que surgiu, aproximadamente, no século XVII, influenciada pelo surgimento da escola e, mais especificamente, pela preocupação com a educação.

Ariés (1973) apresenta a família tradicional com pressupostos bastante diferentes daqueles característicos da família moderna. Ele conta que a sociedade tradicional via mal a criança e pior ainda o adolescente. A duração da infância se restringia àquele período mais frágil do bebê e, logo que a criança adquiria algum desembaraço físico, alguma autonomia, era misturada aos adultos e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequenininha logo passava a adulto jovem.

A transmissão dos valores e dos conhecimentos e, de modo mais geral, a socialização da criança não era, portanto, nem assegurada, nem controlada pela família. A criança logo se afastava dos seus pais e, durante alguns séculos, a

educação foi garantida pela aprendizagem a partir da convivência das crianças com jovens e adultos. A criança aprendia as coisas que ela devia saber ajudando os adultos a fazê-las.

A passagem da criança pela família era muito breve, bastante insignificante para que se tivesse tempo ou razão de marcar na memória e tocar a sensibilidade. As crianças eram “paparicadas” nos primeiros anos de vida, quando ainda eram engraçadinhas. As pessoas se divertiam com as crianças como se elas fossem pequenos animais de estimação. Se ela morresse, e a taxa de mortalidade infantil neste período era altíssima, alguns até podiam ficar desolados, mas não era essa a regra geral.

Quando a criança conseguia superar os perigos e sobreviver a esse período da paparicação, era comum que ela fosse viver em uma outra casa que não a da sua família. O normal era que, após o desmame, que acontecia em torno dos seis ou sete anos, as crianças eram mandadas para outras famílias para aprender um ofício ou mesmo a servir. A criança se misturava ao mundo do adulto, não havia a noção da diferença entre a criança e o adulto.

Essa família antiga tinha como missão a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua cotidiana num mundo em que um homem e mais ainda, uma mulher não podem sobreviver sozinhos, isolados. Nesta época a função da família era manter, de uma geração para outra, o “estado” de uma casa, isto é, assegurar a transmissão da vida, do nome, de um capital de bens, de glória, de honra, e assim garantir à descendência uma posição pelo menos igual àquela de que se beneficiavam os ancestrais. Apesar da existência da família esta não tinha um valor suficientemente forte (Felzenszwalb, 1999).

Ela não tinha função afetiva, mas isso não significa que o amor estivesse sempre ausente – ao contrário, ele muitas vezes é visível desde o noivado mas, com mais frequência, surge depois do casamento e é mantido, preservado, pela vida em comum. Como Áries (1973) e Vincent e Prost (1987) descrevem, a vida no passado, até o século XVII, era vivida em público. As cerimônias tradicionais que acompanhavam o casamento, eram consideradas mais importantes do que as cerimônias religiosas, eram a bênção do leito nupcial, a visita dos convidados aos recém-casados já deitados, etc., sendo mais uma prova do direito da sociedade sobre a intimidade do casal. Na realidade, não existia quase nenhuma intimidade.

As pessoas viviam misturadas umas com as outras, senhores e criados, crianças e adultos, em casas permanentemente abertas às indiscrições dos visitantes.

Até esta data as relações familiares eram outras. As sociedades pré-industriais eram sociedades duras, onde não se era gentil com os outros. Havia muito sofrimento, morria-se muito cedo, o casamento era um contrato não firmado pelas partes interessadas. A criança era o que havia de mais mal amado – morria ainda mais facilmente do que os adultos. Até o final da idade média a intimidade entre os membros de uma família era inexistente, as pessoas viviam em sua grande maioria juntas em grandes casas. Havia todo o universo de vizinhos, parentes, criados, clientes, etc, que freqüentavam e habitavam o mesmo espaço, em condições promíscuas. Nas mesmas salas onde se comia, também se dormia, se dançava, se trabalhava e se recebiam as visitas; era impossível se isolar.

A partir do final do século XVII muitas coisas mudaram. A escola substituiu a aprendizagem como meio de educação e assim a criança não precisava mais ser misturada aos adultos para aprender diretamente com eles, no contato do dia-a-dia. Passou-se a acreditar que a criança não estava madura para a vida e que, por isso, era preciso submetê-la a um regime especial, uma espécie de quarentena antes de deixá-la unir-se aos adultos. Essa separação só foi possível com o surgimento do afeto nas famílias.

A família tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos, algo que ela não era antes.

“Essa afeição se exprimiu, sobretudo, através da importância que se passou a atribuir à educação (...) Tratava-se de um sentimento inteiramente novo: os pais se interessavam pelos estudos de seus filhos” (Ariès, 1981, p.12).

Graças a essa disseminação da escola, a família passou a ter uma função moral e espiritual – a preparação para a vida. A família deixou de ser casa para ser afeição. A reorganização da casa e a reforma dos costumes deixaram um espaço maior para a intimidade, que foi preenchido por uma família reduzida aos pais e às crianças. Os motivos de preocupação agora passaram a ser a saúde e a educação, a carreira e o futuro dos filhos³. (Felzenszwalb, 1999)

³ Com o tempo o período de preparação do futuro dos filhos foi se prolongando e, hoje os filhos saem de casa cada vez mais tarde. O adulto jovem, sobretudo os de classe média e média alta,

A família começou a se organizar em torno da criança, ela assumiu tamanha importância que perdê-la causaria uma grande dor e substituí-la seria praticamente impossível. A família tornou-se uma sociedade fechada, um lugar onde seus membros gostam de permanecer.

A partir do século XVIII, as pessoas começaram a se defender contra uma sociedade cujo convívio constante, até então, havia sido a fonte da educação, da reputação e da fortuna. Esse movimento reforçou a intimidade da vida privada em detrimento das relações de vizinhança, de amizades ou de tradições. A casa perdeu o caráter de lugar público que possuía em certos casos no século XVII, em favor do clube e do café, que, por sua vez, se tornaram menos freqüentados. A vida profissional e a vida familiar abafaram essa atividade – das relações sociais. Talvez o sentimento de família e a sociabilidade não fossem compatíveis.

O recolhimento da família longe das ruas, das praças, da vida coletiva, e sua retração em uma casa melhor defendida contra os intrusos e melhor dividida favorecendo a intimidade data do fim do século XVII e início do XVIII. Agora os cômodos da casa são independentes, se comunicam por um corredor, e cada cômodo tem a sua funcionalidade – quarto de dormir, sala de visita, sala de jantar etc. A consequência disso tudo foi a polarização da vida social no século XIX em torno da família e da profissão e o desaparecimento da antiga sociabilidade. Agora a família só se abre para a escola e para os médicos.

Na modernidade, tanto o público e o privado quanto o trabalho e a família sofrem transformações ao longo da história, sendo espaços que se dividem e se separam. Especialmente, para quem vive nos dias de hoje, não existe ambigüidade, muito pelo contrário, a divisão entre público e privado é (ou deveria ser) bastante clara - de um lado, um porto de paz, refúgio familiar na essência, mas também local de eleição das amizades e das liberdades. Do lado de fora, há as coerções da vida pública, a disciplina do trabalho globalmente hierarquizado, o rigor dos envolvidos de todo tipo. Mas nem sempre foi assim.

A vida privada é uma construção histórica que só faz sentido quando pensada em oposição à vida pública e é por isso que a sua história começa pela delimitação de suas fronteiras. A distinção entre público e privado não tem o

depois da escola, entra para universidade – para um curso de graduação e muitas vezes de pós-graduação e, só posteriormente, ingressa no mercado de trabalho. Isso será discutido, com mais detalhes, nas próximas páginas.

mesmo sentido em todos os contextos. Para a burguesia francesa existe um muro que separa claramente esses dois mundos.

“A vida privada e a família coincidem com bastante exatidão. Esse domínio abrange as fortunas, a saúde e a religião. (...) a família oculta cuidadosamente ao público, o tio fracassado, a irmã tísica, o irmão de costumes dissolutos e o montante de rendas. (...) De um lado o que a família mostra de si, o que pode vir a público, o que ela julga apresentável; de outro o que ela conserva ao abrigo de olhares indiscretos.” (Prost e Vincent, 1987, p. 15-16)

Mas essa divisão não acontecia nas outras classes sociais. Foi no final do século XX que operários e agricultores conseguiram ascender a uma vida privada que, certamente, era muito diferente daquela vida privada da burguesia do início do século.

Para Prost e Vincent, a primeira grande evolução do século XX diz respeito ao trabalho. Ele imigra globalmente da esfera privada e ingressa naquela pública – ao mesmo tempo em que os locais de trabalho já não são mais os da vida doméstica. O ambiente privado, doméstico, se liberta das regras ligadas ao trabalho e o mundo do trabalho passa a ser regido por regras e contrato coletivos. Mas é interessante lembrar o que acontecia antes dessa separação.

No começo do século XX, trabalhar em casa correspondia a duas situações extremas (e outras várias intermediárias). Podia-se trabalhar em casa, mas para outra pessoa – os operários em domicílio; mas também se podia trabalhar em casa por conta própria. A situação dos operários em domicílio é muito diversificada. De um modo geral, são extremamente mal remunerados e ganham menos do que os operários de fábrica; precisam trabalhar desde o amanhecer até altas horas da noite para sobreviver de maneira miserável. Quando a pessoa trabalha numa fábrica, ela sabe quando o trabalho vai parar, já em casa não.

Mas, ao lado desses casos miseráveis, podemos encontrar situações bastante favoráveis como, por exemplo, o da costureira que trabalha em casa. O fato de o trabalho ser feito em casa gera uma relativa abertura do espaço doméstico aos estranhos. A costureira, às vezes, recebe os seus fregueses, o tecelão abre as portas da sua casa para funcionários, fornecedores e clientes.

Quando a família é uma unidade de produção autônoma, todos os familiares são mobilizados por essa atividade produtiva. Os membros da família, levando em conta a idade, a força e suas capacidades, participam da produção.

“Essa participação integral da família numa mesma atividade econômica acarreta um relativo emaranhamento entre a vida privada e o trabalho produtivo. Emaranhado evidente no plano financeiro: o caixa é um só e o filho do merceiro pega na gaveta do balcão o dinheiro para passar o domingo. Os dois orçamentos se misturam (...) muitas vezes, a contenção de despesas privadas (com a família) é o único meio de equilibrar as contas ou de juntar o capital produtivo.” (Prost e Vincent, 1987, p.26)

A separação entre trabalho e casa, entre empresa e família não se reduz a uma separação das finanças e geralmente implica em uma diferenciação do tempo e do espaço. Prost e Vincent contam que era comum encontrar duas atividades diferentes em um mesmo espaço

“O comerciante morava com a mulher e os filhos nos fundos da loja (...) os mais abastados moravam numa residência em cima do estabelecimento comercial (...) a indiferenciação do espaço acarretava a indiferenciação do tempo. Quando encontravam a porta fechada, os clientes não hesitavam em bater à janela da cozinha, onde a família estava comendo, e insistiam para ser atendidos sem demora (...) a indiferenciação dos locais é então vivida como uma escravidão total do tempo. A reivindicação de uma vida privada leva à dissolução do antigo emaranhado: para que o tempo da vida privada fique fora do alcance dos clientes, os espaços precisam ser dissociados e a loja deve se separar do domicílio.” (Prost, 1987, p.29)

Com os profissionais aconteceu o mesmo. E na nossa sociedade essa norma é tão marcante que tende a se impor mesmo quando a atividade profissional não supõe relações com uma clientela capaz de ameaçar a vida privada. Hoje, existe uma nítida fronteira entre trabalho e família – dois universos que no início do século se confundiam entre si.

Quando o trabalho (atividade produtiva, profissional) era realizado em casa, a força do trabalho feminino (atividades domésticas) era tão importante quanto a do masculino. A divisão sexual do trabalho não era visto como algo negativo. Homens e mulheres trabalhavam e,

“a primeira forma de ganhar era não gastar, e as economias das donas de casa constituíam o primeiro dinheiro recebido, poupado, por vezes, investido no negócio. Inversamente os homens também fazem serviço para a casa, preparando a lenha, fabricando os utensílios e móveis para não precisar comprá-los. A especialização dos espaços rompe a igualdade conjugal (...) Ao mesmo tempo, a economia se torna mais monetarizada: o dinheiro poupado nas despesas conta menos do que o dinheiro ganho.” (Prost e Vincent, 1987, p.40)

Apesar dessa divisão entre empresa e família, público e privado, Prost ressalta que, independente do tamanho da empresa, os patrões se consideram em casa dentro das suas empresas. Dessa forma, a empresa, a fábrica que é o espaço de trabalho, e por isso deveria ser considerado um espaço público, é considerada a

casa, o espaço privado. Sendo assim, o paternalismo é a atitude considerada natural, a mais adequada. “O patrão consciente de seus deveres se vê como um bom pai de família. (...) na medida em que o contrato de trabalho é de ordem puramente privada, o ‘bom’ patrão só pode ser paternalista” (Prost, 1987, p.47)

O paternalismo inclui toda a família do patrão – ele é obrigado a participar de uma série de eventos e é de extrema importância que ele apareça acompanhado de sua esposa e filhos. Ele e sua família vivem sob o olhar atento de todos, principalmente nas cidades pequenas ou quando ele é dono de uma empresa de grande porte. Assim, a vida familiar do patrão é, em parte, uma vida de representação pública. Da mesma forma, a família do operário não está excluída do contrato de trabalho. A avaliação sobre o funcionário leva em conta o que a mulher e os filhos fazem. E, para as futuras contratações, é considerado natural dar prioridade aos filhos de seus funcionários.

Ariés (1973) e Prost e Vincent (1987) apresentam a realidade da sociedade européia. Keiznesof (1989), antes de traçar a relação existente entre as alterações na estrutura social e as mudanças do papel da família brasileira, sobretudo, a partir do final do século XIX, apresenta a sociedade brasileira desde o período colonial.

Sobre as empresas familiares, Keiznesof diz que o parentesco foi e continua sendo “a organização básica e subjacente à formação do capital e da empresa privada no Brasil” (1989, p.44). Isso não é nenhuma surpresa, já que famílias proprietárias e administradoras de seus negócios foram a forma predominante de organização econômica em todo o mundo ocidental até meados do século XIX.

A autora relata que, no Brasil, a legislação que regulamentava as heranças, juntamente com a legislação comercial e familiar, reforçava a posição da família como uma instituição econômica. A lei sobre as heranças, com comunhão universal do casamento, reconhecia a esposa como tendo direito à metade dos bens do casal e os filhos, com direitos iguais sobre dois terços de cada metade dos bens do casal. Somente um terço dos bens poderia ser distribuído de acordo com a vontade do proprietário. Esse sistema vigorou até a implementação do Código Civil de 1916, que permitiu a doação de 50% dos bens a herdeiros de escolha. Isso poderia levar a uma dispersão material dos bens, da propriedade (do patrimônio familiar), a menos que as famílias impedissem essa tendência.

“Casamentos entre parentes com até três graus de parentesco eram proibidos pela lei canônica, mas as dispensas eram frequentemente pedidas e concedidas. Casamentos entre primos e entre tios e sobrinhas eram na realidade muito comuns no Brasil colonial, e eram utilizados conscientemente como um meio para impedir a dispersão do patrimônio familiar. Outra estratégia essencial era casar as filhas com jovens empresários que contribuiriam e participavam dos negócios da família.” (Keiznesof, 1989, p.45)

A legislação comercial também reforçava a criação das empresas familiares já que o código vigente da época não reconhecia formas de legislação comercial tais como o capital social ou a responsabilidade pela empresa. Então, como era essencial que os empresários confiassem plenamente em seus sócios, o ideal era que fossem membros da mesma família.

Certamente, a separação que se estabeleceu ou se intensificou entre o trabalho e a família provocou profundas modificações no quadro familiar e transformou a vida privada. O século XX pode ser lembrado, entre outras coisas, como o século da conquista do espaço doméstico para a plena realização da vida privada e o surgimento da intimidade.

Os muros da vida privada separavam o universo doméstico do espaço público, isto é, dos estranhos ao grupo familiar. Mas, por trás desses muros, exceto entre a burguesia, faltava espaço para a privacidade de cada membro da família: o espaço privado era apenas um espaço público do grupo doméstico.

“No início do século XX e até o começo dos anos 50, havia um grande contraste separando os lares burgueses e os populares. Os primeiros eram amplos: salas de visitas, uma cozinha e dependências de empregadas, um quarto para cada membro da família e muitas vezes aposentos a mais. O vestíbulo e os corredores garantiam a independência desses diversos espaços. (...) os operários e camponeses se aglomeravam em habitações de um ou dois cômodos (...) as moradias urbanas não apresentavam uma distribuição interna tão uniforme mas muitas vezes tinham também apenas um ou dois cômodos ligados entre si, sendo que um deles, naturalmente, era a cozinha.” (Prost e Vincent, 1987, P 62-63)

Hoje é difícil imaginar a pressão do grupo familiar sobre seus membros. Não havia como se isolar. Pais e filhos viviam todos os atos da vida cotidiana às claras. Todos dividiam o único cômodo da casa. Era praticamente impossível ter um cantinho próprio nesse espaço saturado. Nesse contexto, a noção de intimidade não faz muito sentido.

Para Prost, dois momentos importantes, simétricos, marcam a história da vida privada do século XX – a migração do trabalho para a esfera pública e a conquista do tempo e espaço individual (privado) dentro da vida familiar.

“Enquanto o trabalho saía da esfera doméstica para se instaurar em locais públicos segundo normas impessoais, uma vida privada, individual, se afirmava dentro da vida privada familiar, às vezes levando ao rompimento da própria família e conferindo um novo valor à identidade física.” (Prost e Vincent, 1987, p. 152)

De um lado uma vida privada, cada vez mais privada; de outro uma vida pública, cada vez mais pública. Mas a divisão entre público e privado não é tão simples nem tão radical – o público não está restrito ao trabalho, ao espaço da fábrica, ao escritório. Da mesma forma que o espaço privado não se restringe ao dormitório individual ou ao quarto de vestir. Existe uma série de espaços de transição, outros semi-privados e outros semi-públicos, e o interessante é pensar sobre essa tensa articulação entre vida privada e vida pública ao longo da história. Veremos, com os dados do nosso estudo de campo, que nas famílias empresárias - donas de empresas familiares -, essa separação entre os espaços público e privado aparece de forma clara no discurso, mas na prática é algo muito difícil de ser atingido.

3.2 – Transformações históricas das Empresas Familiares

As empresas familiares sempre ocuparam um lugar de destaque no desenvolvimento econômico e das civilizações. As atividades econômicas da civilização grega eram controladas por famílias, assim como no Império Romano, na Idade Média e no período do descobrimento das Américas. As empresas controladas por famílias foram as grandes responsáveis pelo processo de desenvolvimento no período da industrialização e isso fica evidente no sucesso de alguns pioneiros como os Rockfellers, Carnegies e Fords nos Estados Unidos, os Zegnas e Heinekens na Europa e os grupos asiáticos Li-Ka-Shing, Salim e Formosa (Bird e cols, 2005).

Lansberg (1998) ressalta que “não há nada mais primário do que a confluência entre a família e o trabalho”. Antes da Revolução Industrial, todo o trabalho era feito em casa. Quando surgiu a Revolução Industrial o trabalho se separou da casa e, ao longo dos séculos, as empresas se diversificaram, se complexificaram e muitas se tornaram grandes multinacionais.

Grzybovski (2002) conta a história da origem das empresas familiares destacando o desenvolvimento econômico logo após a Revolução Industrial. Nas sociedades pré-industriais (ou agrícolas), a atividade agrícola era a forma mais comum de empresa, uma vez que a maioria das pessoas vivia em fazendas e plantava seus próprios alimentos. Contudo, alguns indivíduos empreendedores da comunidade perceberam que os fazendeiros não poderiam fornecer todos os produtos, principalmente aqueles que exigiam uma habilidade maior, como sapatos, armas e alguns serviços (como a medicina e a educação); assim, depois de terem identificado uma oportunidade de negócio, criaram as primeiras oficinas para a realização dessas tarefas. Os alimentos excedentes eram trocados por esses produtos e serviços.

A comunidade cresceu amparada nesse sistema de trocas e a continuidade das relações resultou na união das pessoas, fazendo surgir (desenvolvendo) o comércio. O núcleo da comunidade era formado pelo médico, a igreja, o ferreiro, o dono do armazém, etc. As pessoas eram chamadas pelo nome do produto ou serviço que prestavam: o ferreiro, o carpinteiro. Os filhos aprendiam as habilidades de seus pais, de modo que, se o pai fosse ferreiro, seus filhos também seriam ferreiros⁴. A atividade artesanal – embrião da empresa familiar – era passada de geração para geração, assim como as capitânicas hereditárias – embrião das empresas familiares brasileiras.

Com a Revolução Industrial, surgiram as grandes fábricas e usinas, favorecendo, assim, o crescimento das cidades e a formação de enormes concentrações urbanas. A manufatura passou a adotar métodos de produção em massa (fordismo); surgiram as grandes corporações nacionais e multinacionais, principalmente a partir da segunda metade do século XX com novas mudanças no modo de produção, redes de companhias interligadas, usinas e equipamentos sofisticados que criaram uma grande diversidade de produtos e serviços, sendo o início de uma era totalmente nova no mundo dos negócios. As regras mudaram e até mesmo a definição de empresa mudou (Fritz, 1993, Castells, 1999).

⁴ Até hoje podemos ver casa, principalmente na Europa, onde, além do número de identificação, existe o desenho do ofício que era realizado naquele espaço, como por exemplo, o desenho de um violino na casa da família especialista em fabricar violinos.

Antes de contextualizarmos as empresas familiares no cenário atual, consideramos interessante apresentar a história das empresas familiares brasileiras.

Marcovitch (2005) escreveu sobre os pioneiros e empreendedores que contribuíram para o desenvolvimento econômico do Brasil. A saga do desenvolvimento do Brasil descreve a história de oito famílias (ou empreendedores) que tiveram uma importância significativa, principalmente nos últimos 200 anos. São eles: família Prado, representante da transição entre o Brasil do café e o Brasil moderno; Nami Jafet, empresário do setor têxtil responsável por revolucionar o varejo; Francisco Matarazzo, representando o pioneirismo da grande indústria, especialmente o setor químico; Ramos de Azevedo, representante do urbanismo por sua atuação como arquiteto, construtor e empresário inovador; Jorge Street, também do setor têxtil; Roberto Simonsen, preocupado com a macro economia, Julio Mesquita, jornalista, empreendedor do setor da imprensa e Leon Feffer, pioneiro na produção de celulose e papel. Vale ressaltar que alguns desses pioneiros empreendedores, responsáveis pelo desenvolvimento do Brasil, eram imigrantes. Apesar de eles terem contribuído e influenciado o desenvolvimento do Brasil, o início das empresas familiares brasileiras é muito anterior.

Vidigal (1999) conta a história das empresas familiares desde as capitâneas hereditárias até os dias de hoje. Entre esses períodos, ele contempla: os grandes engenhos de açúcar de Pernambuco, as fazendas de café de São Paulo, o desenvolvimento industrial de São Paulo do final do século XIX e início do século XX e, ainda, o *boom* industrial durante e logo após a Segunda Guerra Mundial.

Então, para compreender o contexto em que a empresa familiar brasileira nasceu, é preciso retomar a primeira forma de empreendimento que tivemos – as capitâneas hereditárias. Com a criação das capitâneas hereditárias, o Brasil foi dividido em 15 partes. Sendo hereditárias, podiam ser transmitidas por herança sob os mesmos princípios seguidos pela monarquia – o filho mais velho herdava todo o patrimônio. E, desta forma, a família conseguia preservar a unidade da propriedade.

As duas únicas capitâneas hereditárias que prosperaram e criaram uma base de atividade econômica foram as de Pernambuco e São Vicente. Suas

atividades estavam baseadas no plantio de cana e produção de açúcar, e elas passaram a ser consideradas as primeiras empresas familiares brasileiras (Grzybovski e Tedesco, 2002; Vidigal, 1999).

Vidigal ressalta que os donatários das capitâneas não eram, exatamente, empreendedores; eles receberam de presente da Coroa (de Portugal) a sua propriedade e tornaram-se senhores feudais, subdividindo suas terras entre aqueles que fossem realmente explorá-las e recebendo impostos. Na visão deste autor, empreendedores foram os que receberam o direito de explorar essas terras e partiram para o interior deixando para trás o conforto da cidade para iniciar uma plantação de cana e, em seguida, a instalação de um engenho de açúcar.

Silva (1998) sobre a sociedade brasileira do século XVI, mais especificamente sobre a sociedade produtora de açúcar, ressalta que:

“Além do luxo no vestir, no número de servos, de peças de ourivesaria, algo mais contribuía para o prestígio dos senhores de terras, engenhos e escravos: vincular seus bens de forma a constituírem um morgado ou capela, pois no século XVI estas duas palavras eram usadas indiferentemente para a vinculação. O aspecto religioso aparecia então sempre ligado à preocupação com a manutenção dos bens na família sem que esses fossem divididos igualmente entre os filhos, como ocorria nas famílias plebéias. O direito de primogenitura assinalava a nobreza de uma família (...).” (Silva, 1998, p 31-32)

O morgado deveria ser passado para o filho mais velho e, na inexistência de um filho homem, a filha mulher poderia herdá-lo “caso não houvesse varões, sucederia a filha mais velha” (Silva, 1998, p.32).

Algum tempo depois, na realidade, mais de 200 anos depois, o processo observado no Nordeste com a cana de açúcar se repetiu em São Paulo quando o ciclo do café caminhou ao longo do Paraíba. Empreendedores partiram para o interior com o objetivo de fundar suas empresas e tentar criar um patrimônio para as suas famílias. Embora o café ainda seja um produto relevante para o Brasil, o seu papel como impulsionador da economia foi gradativamente substituído pela indústria, o ciclo seguinte da empresa familiar (Vidigal, 1999).

Como ressalta Vidigal, costuma-se dizer que a industrialização veio com a imigração européia, no final do século XIX. Isto é verdade se considerarmos o grande avanço industrial ocorrido principalmente em São Paulo, liderado, sobretudo, pelos grandes empreendedores italianos.

Com a chegada dos imigrantes europeus a partir da segunda metade do século XIX, o Brasil passou a incorporar um espírito empreendedor⁵. É importante ressaltar que o Brasil recebeu imigrantes de diversos países e certamente foi influenciado por todas estas culturas – dos italianos (que ainda hoje constituem o grupo predominante entre os iniciadores do nosso processo de industrialização), portugueses, alemães, judeus e árabes (de diferentes origens) e, mais recentemente, japoneses. Também encontramos alguns grupos localizados regionalmente, como os poloneses no Paraná e os espanhóis na Bahia.

De fato, o Brasil, entre 1880 e 1930, foi marcado por uma onda de imigração européia, em especial da Itália. Eram jovens instigados a desbravar um novo território e que, pelo sonho de poder e riqueza, se decidiram pela imigração com o objetivo de “Fazer a América”.

Grzybovski (2002) conta que, ao desembarcarem no porto de Santos, esses jovens imigrantes descobriram um país rico em recursos naturais, com economia essencialmente agrícola e cheio de oportunidades para serem exploradas. Percebendo uma oportunidade de fazer fortuna, e fazer a América, eles promoveram alterações fundamentais na estrutura produtiva do país que era basicamente agrícola e passou pelo 1º processo de industrialização. As indústrias fundadas nesse período marcam a presença de pessoas com alto senso de oportunidade, ligando criatividade e ousadia, capazes de transformar sonhos em impérios industriais que perduraram por mais de 100 anos⁶.

Essa imigração, sobretudo, européia trouxe um novo impulso à modernização da economia brasileira. Embora o processo de imigração tenha sido incentivado e estimulado pelos cafeicultores paulistas que, com o fim da escravidão, precisavam substituir a mão de obra, inevitavelmente alguns destes imigrantes optaram por se fixar numa cidade e iniciar alguma atividade comercial, seja no ramo em que já exerciam em seu país de origem, seja em uma nova profissão.

Logo após a Segunda Guerra aconteceu um novo impulso à modernização que, na opinião de Vidigal (1999) foi decorrente de duas razões. Primeiro, como os países aliados estavam focados na guerra, com suas indústrias produzindo para

⁵ Espírito empreendedor pode ser definido como a motivação e a capacidade de realização que, no caso dos imigrantes europeus, montaram seus próprios negócios.

⁶ O Grupo Votorantim, Hering e Sadia são alguns exemplos de empreendimentos industriais importantes fundados por imigrantes no Brasil.

ela, se criou uma demanda que facilitou a implantação no Brasil da indústria siderúrgica (CSN), de indústrias químicas e tantas outras. Além disso, a queda da produção agrícola na Europa abriu espaço para o aumento das nossas exportações. E, segundo, as perseguições aos judeus traziam para o Brasil, já desde o final do século XIX, mas com maior intensidade a partir da década de 1930, um fluxo de imigrantes de alto nível cultural e com experiência empresarial (ao contrário da vasta maioria de imigrantes de fases anteriores que eram na sua maioria camponeses, muitas vezes analfabetos).

Essas condições, aliadas na década de 1950 à implantação da indústria automobilística, propiciaram um novo avanço de modernização com uma base muito mais diversificada: criou-se uma indústria de eletrodomésticos sofisticada, surgiram centenas de fabricantes de auto-peças, o comércio se modernizou. Vidigal ressalta que até que surgisse um novo ímpeto de criação de indústrias na época do governo militar, liderada pela criação dos grandes monopólios estatais como Telebrás e Eletrobrás (a Petrobrás já existia desde meados da década de 1950), todo crescimento econômico era oriundo da iniciativa privada, baseado exclusivamente na empresa familiar.

Hoje, podemos dizer que a empresa familiar brasileira foi fortemente influenciada pela cultura dos imigrantes que trabalharam para construir um patrimônio, principalmente depois de terem passado por diversas dificuldades, sobretudo, econômicas. O desejo de que seus parentes não sofressem fez com que esses imigrantes criassem grupos de colaboradores (baseados na confiança), de tal forma que muitos fundadores incorporaram à sociedade irmãos, primos ou pessoas da mesma origem. As características e os valores dos grupos baseiam-se em valores e crenças obtidos no ambiente familiar, tais como solidariedade, desejo de vencer as adversidades, confiança mútua gerada pelo vínculo comum, lealdade e submissão. Na realidade, essas características e valores estão presentes em praticamente todas as empresas familiares, e muitas das empresas familiares brasileiras foram fundadas pelos imigrantes que chegaram ao Brasil com o objetivo de “fazer a América” e montaram seus negócios tendo como um dos pilares de sustentação, o conjunto de crenças e valores da sua própria família.

Pelo fato de os primeiros empreendimentos brasileiros adotarem critérios de patrilinearidade - o filho mais velho herdava todo o patrimônio, a fim de que predominasse o sentimento de unidade da propriedade. Com o passar do tempo, as

famílias incorporaram outros referenciais de ordem emocional, como a afetividade, o sentimentalismo e a partilha dos bens em partes iguais entre todos os filhos. Assim, a propriedade, que inicialmente pertencia a uma única pessoa, ao fundador e depois ao seu herdeiro, começou a se fragmentar e, conseqüentemente, o empreendimento como um todo enfraqueceu. Essa nova racionalidade é, atualmente, um dos responsáveis pela decadência e a morte de grande parte das empresas familiares brasileiras (Vidigal, 1999).

3. 3 – A família moderna, a empresa familiar e o impacto das tecnologias de informação

É de extrema importância analisarmos o contexto em que as empresas familiares estão inseridas. Vivemos em um mundo globalizado, em constantes transformações e, de alguma forma, isso vai impactar no desenvolvimento dessas organizações.

Para Giddens (1999), é um erro encararmos a globalização como um fenômeno puramente econômico. “A globalização é política, tecnológica e cultural, tanto quanto econômica”. Ela foi influenciada, sobretudo, pelos desenvolvimentos dos sistemas de comunicação⁷, principalmente no final da década de 1960, e está reestruturando, profundamente, o modo como vivemos. De acordo com o autor,

“Entre todas as mudanças que estão se dando no mundo, nenhuma é mais importante do que aquelas que acontecem em nossas vidas pessoais – na sexualidade, nos relacionamentos, no casamento e na família. Há uma revolução global em curso no modo como pensamos sobre nós mesmos e no modo como formamos laços e ligações com os outros.” (p. 61)

Ao observarmos as famílias atuais, constatamos que aquela família tradicional composta por pai, mãe e filhos, com vínculo conjugal legitimado pelo casamento e o poder centrado na figura do pai, está passando por um processo de transformação.

⁷ Neste texto, Giddens ressalta a velocidade da informação e afirma que foram necessários 40 anos para que 50 milhões de americanos usassem o rádio, 15 anos para que 50 milhões de americanos usassem o computador e apenas 4 anos para que 50 milhões de americanos usassem a internet.

Giddens (1999) demonstra as importantes mudanças que já aconteceram e as que ainda acontecem nas nossas vidas pessoais. Muita coisa mudou desde aquele modelo de família tradicional, considerado uma unidade econômica da sociedade agrícola.

“A produção agrícola normalmente envolvia todo o grupo familiar enquanto entre a pequena nobreza e a aristocracia a transmissão da propriedade era a principal base do casamento. Na Europa Medieval, o casamento não era contraído com base no amor sexual, tampouco era encarado como um lugar em que esse amor deveria florescer. (...) as mulheres eram propriedade de seus maridos ou pais – eram bens móveis, na forma definida pela lei.” (Giddens, 1999, p.63-64)

Essa desigualdade entre homens e mulheres se estendia à vida sexual. Os homens, ao mesmo tempo em que precisavam assegurar continuidade na linhagem e na herança, precisavam ter a certeza de serem eles os pais dos filhos de suas mulheres. A sexualidade na família tradicional tinha como finalidade a reprodução. “Era uma questão de natureza e tradição combinadas e a ausência da contracepção eficaz significava que sexualidade era igual ao parto e, até o início do século XX, uma mulher podia ter 10 ou mais filhos durante o curso de sua vida” (Giddens, 1999, p. 64).

Giddens afirma que, para muitas pessoas, a família tradicional é a família da década de 1950, em que poucas mulheres saíam para trabalhar e era muito difícil, principalmente para elas, conseguir o divórcio, sem estigmas. Contudo, a família não é mais uma entidade econômica e o casamento é baseado no amor romântico e não mais no contrato econômico.

Além das transformações na família, vale a pena apresentar o impacto das tecnologias de informação. Estamos vivendo em um período de grandes transformações, decorrentes, sobretudo do uso ou interferência das tecnologias de comunicação no ambiente científico, na sociedade, nas empresas, nas famílias e na vida dos indivíduos. Todos, de alguma forma, estão sendo fortemente influenciados por essas tecnologias e, para alguns autores, isso tudo é característico de uma revolução, uma nova revolução industrial.

“Segundo os historiadores, houve pelo menos duas revoluções industriais: a primeira começou pouco antes dos últimos 30 anos do século XVIII, caracterizada por novas tecnologias (..) e, de forma mais geral, pela substituição das ferramentas manuais pelas máquinas; a segunda, aproximadamente 100 anos depois, destacou-se pelo desenvolvimento da eletricidade, do motor de combustão interna, de produtos químicos com base científica, da fundição eficiente de aço e pelo início das tecnologias de comunicação, com a difusão do telégrafo e a invenção do telefone.” (Castells, 1999, p.71)

Alguns autores defendem a idéia de uma 3ª Revolução Industrial que está acontecendo no presente; uma nova revolução a partir das tecnologias de informação (TI) e, entre essas tecnologias, Castells inclui, como todos os autores que contemplam esse tema, o conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação (software e hardware), telecomunicações / radiodifusão e optoeletrônica. Além disso, diferentemente de alguns analistas, também inclui a engenharia genética e seu crescente conjunto de desenvolvimentos e aplicações e diz:

“Isso não se deve apenas ao fato de a engenharia genética concentrar-se na decodificação, manipulação e conseqüente reprogramação dos códigos de informação da matéria viva. Deve-se também ao fato de, nos anos 90, a biologia, a eletrônica e a informática parecerem estar convergindo em suas aplicações e materiais e, mais fundamentalmente, na abordagem conceitual.” (Castells, 1999, p. 67)

A tecnologia da informação é para esta revolução o que as novas fontes de energia foram para as revoluções industriais sucessivas, do motor a vapor à eletricidade, aos combustíveis fósseis e até mesmo à energia nuclear, visto que a geração e a distribuição de energia foram elementos principais na base da sociedade industrial.

Não podemos negar o impacto das tecnologias de informação nas nossas vidas. A forma de comunicação mudou muito, sobretudo, nos últimos dez anos. Hoje temos acesso ao telefone celular, o que permite falar diretamente com a pessoa com quem se deseja falar, independente de onde ela esteja. As pessoas podem trocar mensagens, por correio eletrônico ou em tempo real (por exemplo, nos programas de mensagens instantâneas, como o *messenger*) e, certamente, essa rapidez na troca de informações fez com que as pessoas tivessem uma outra percepção de tempo e espaço. Esses impactos acontecem na vida das pessoas, das famílias e, conseqüentemente das empresas. Alguns autores já abordaram esse tema. Castells (1999) menciona as empresas ligadas em rede.

De acordo com Lucaccini e Muscat, são três os efeitos da tecnologia nas empresas familiares, que merecem destaque.

Citando estudos como o de Davis e Harveston (2000), os autores argumentam que o investimento em Tecnologia da Informação (TI) está correlacionado com o crescimento em vendas e internacionalização, pois aumenta a produtividade, reduz os custos e atende melhor as necessidades do mercado.

Mas cabe aqui uma pergunta interessante, embora ainda sem resposta: como os fatores familiares e a diferença entre as gerações favorecem ou atrapalham o início da adoção de novas tecnologias nas empresas familiares?

Um outro efeito apontado pelos autores diz respeito ao aumento do número de empresas familiares que se utilizam da TI – empresas de web-design ou desenvolvedoras de site que começaram em casa, sugerindo que a casa / o lar pode ser um importante lugar para a incubação de tecnologia. E daí apresentam um terceiro efeito do uso da TI, que é a facilitação e o apoio para a implementação dos *home-offices*. A portatibilidade e a conectividade permitiram que as famílias se flexibilizassem para operar baseadas em casa, satisfazendo as preferências de estilo de vida ou encontrando uma solução para quem não pode se ausentar de casa porque, por exemplo, tem filhos pequenos.

Além de ser tecnologicamente possível operar uma empresa familiar de casa, pode ser um estilo de vida. Pesquisas demonstram que não é fácil administrar o tempo nem delimitar as fronteiras. Em compensação, operar uma empresa familiar de casa faz com que os filhos assumam gradualmente responsabilidades, convivam desde cedo com as regras do ambiente de trabalho, aprendam como se relacionar com clientes, funcionários, fornecedores, participem (ou apenas escutem) conversas sobre imposto de renda, dentre outras situações de aprendizagem.

É importante ressaltar que o que está sendo sugerido como uma possibilidade do mundo pós-moderno – trabalhar em casa – foi, durante muito tempo, a norma vigente. Não podemos falar de um retorno ao passado, pois a relação de trabalho e produção mudou, assim como as atividades são diferentes. Hoje, fala-se em produção de conhecimento e não mais em mão-de-obra assalariada, trabalhando em casa. Entretanto, ter duas atividades distintas ocupando o mesmo espaço não é novidade. Muito provavelmente, a questão da relação entre público e privado deverá ser analisada sob essa nova ótica, da sociedade pós-moderna e em função do modelo (ou dos modelos) de família atual.

Ema Genijovich (1999), terapeuta de família argentina, residente nos EUA, através de uma pesquisa realizada com as famílias consideradas “pós-modernas”, identificou algumas de suas características. Baseados nos apontamentos da pesquisadora, apresentamos a seguir um quadro comparativo das características das famílias tradicionais (modernas) e das atuais (pós-modernas).

Família moderna	Família pós-moderna
Família nuclear (pai, mãe e filhos)	Diversidade (divórcio, recasamento, família monoparental, família binuclear)
Limites claros, fronteiras nítidas (público x privado, masculino x feminino)	Limites permeáveis, fronteiras vulneráveis e pressões externas
Segura para crianças e adolescentes Pais sacrificados	Satisfação dos pais – felicidade
Valores e limites claros	Valores e limites ambíguos
Os pais são os responsáveis pelas necessidades emocionais dos filhos	Pais e outros (padrasto, madrasta, etc) como responsáveis

Machado, se referindo a Castells, afirma que a principal transformação que está acontecendo na família é o fim do patriarcalismo, caracterizado, sobretudo, pela autoridade imposta do homem sobre a mulher e os filhos no ambiente familiar. No entanto, por uma questão histórica e cultural, extrapola o ambiente e as relações familiares, podendo influenciar outros tipos de relacionamentos interpessoais. De acordo com Machado (2005) e Castells (1999), o fim do patriarcalismo, , está diretamente relacionado com uma mudança da atitude feminina decorrente de uma série de fatores, entre eles: a entrada das mulheres no mercado de trabalho, o movimento feminista e as transformações tecnológicas, proporcionando controles sobre a reprodução humana.

Não podemos apontar um único fator determinante para todas essas mudanças que acontecem nas nossas vidas pessoais, mas podemos listar alguns: a globalização, a entrada da mulher no mercado de trabalho, o movimento feminista, a luta pelos direitos civis, as imigrações (voluntárias ou decorrentes de guerras e / ou situações de miséria). Tudo isso apresenta-se em um momento de revolução, provocada, como vimos nas páginas anteriores, sobretudo, pelo desenvolvimento e aplicação das tecnologias de informação.

Desde a década de 1970, quando a lei do divórcio foi aprovada no Brasil, temos presenciado um aumento crescente das várias formas possíveis de organização familiar. Podemos, então, falar sobre a pluralidade de formas conjugais e familiares, incluindo os casais homo e heterossexuais, com ou sem filhos, as famílias monoparentais (quando um dos cônjuges está ausente), as

famílias recasadas ou reconstituídas (quando pelo menos um dos cônjuges já passou por um casamento anterior), as famílias binucleares (quando os dois formaram uma nova família), famílias adotivas, bi-raciais, multiculturais ou famílias formadas por várias pessoas morando na mesma casa, sem vínculos legais, mas com forte sentimento de compromisso. Em vez de exaltar a nova família ou lamentar qualquer coisa que tenha ficado para trás, é importante estarmos atentos para as mudanças na estrutura familiar e investigar como essas mudanças podem afetar as empresas familiares.

Diante de tantas formas possíveis de família, não faz sentido falar em autoridade patriarcal sobre a família (Machado, 2005). Para Castells (1999), o adiamento da formação de casais (em função da dificuldade de conseguir conciliar vida pessoal, vida profissional, formação acadêmica e profissional com a formação de uma família) e a crescente formação de relacionamentos estáveis, mas informais (que não foram legalizados, oficializados), contribuem para o enfraquecimento da autoridade patriarcal.

É importante destacar que não existe uma preocupação com o fim da família, muito pelo contrário, mas com a sua diversificação. Não podemos falar de um único modelo de família, mas das diversas possibilidades de ser uma família. Giddens (1999) ressalta que casamento e família tornaram-se instituições cascas, isto é, são chamados pelos mesmos nomes, mas, dentro deles, muita coisa mudou.

“Na família tradicional, o casal unido pelo casamento era apenas uma parte e, com frequência não a principal, do sistema familiar. Laços com filhos e com outros parentes tendiam a ser igualmente importantes, ou até mais, na condução diária da vida social. Hoje o casal, casado ou não, está no cerne do que é a família. O casal passou a se situar no centro da vida familiar à medida que o papel econômico da família declinou e o amor, ou o amor somado à atração sexual, se tornou a base da formação dos laços de casamento. Um casal, uma vez constituído, tem sua história própria e exclusiva, sua própria biografia.” (Giddens, 1999, p. 66)

Entretanto, segundo Figueira (1987, p.13), ao falar sobre a família brasileira, “tudo só muda rapidamente na superfície, e o novo e o moderno convivem com o arcaico e o antiquado.”

O autor indica dois tipos ideais de família – a hierárquica e a igualitária. A família hierárquica, tradicional, é vista como elemento do passado. Era o modelo predominante nos anos 1950 e é uma família relativamente organizada, onde homem e mulher se percebem como tendo poderes diferentes. Para ele, “o poder do homem se apresenta como superior ao da esposa” (Figueira, 1987, p.15) e essa

superioridade está fundamentada na relação privilegiada com o trabalho fora de casa e, na crença (ou expectativa) de monogamia – a mulher deve ser fiel, o homem não necessariamente.

A relação entre pais e filhos também é marcada pela idéia de diferenças intrínsecas – o adulto é diferente da criança, sabe mais e melhor e pode (e deve) mostrar o seu poder através do exercício legítimo da disciplina. Na família hierárquica, a identidade é posicional, todos tendem a ser definidos a partir de uma posição, sexo e idade. O lugar da família é fixado por características visíveis.

Na família igualitária, “a identidade é idiossincrática: homem e mulher se percebem como seres diferentes pessoal e idiossincraticamente, mas como iguais como indivíduos” (Figueira, 1987, p. 16). As diferenças pessoais (gosto pessoal) são mais importantes do que as diferenças sexuais, etárias e posicionais. As noções, bem delineadas, de certo e errado perdem suas fronteiras, a noção de desvio do comportamento, do pensamento ou desejo, perde clareza, e instaura-se, aparentemente, o reino da pluralidade de escolhas que só são limitadas pelo respeito à individualidade dos outros. Entretanto, como ressalta Figueira,

“A velocidade com que nos modernizamos leva à coexistência, em planos dissociados, dos antigos e dos novos ideais e identidades (...) o arcaico apenas aparentemente desaparece dando lugar ao modismo: o arcaico continua presente, de modo invisível, mais ou menos, inconsciente mas certamente eficaz na sua oposição estrutural ao moderno, que é o mais recente e é núcleo daquilo que desejamos ser.” (ibidem, p. 22)

Magalhães e Féres-Carneiro (2004) chamam atenção para o papel da família contemporânea que, muitas vezes, não consegue suprir sua função de transmissão de valores, com base em dois autores - Giddens (1999) e Roudinesco (2003). Para esta, a família contemporânea ocidental não consegue dar conta da transmissão de valores, pois “dentre os receios da atualidade, destacam-se o fim do pai, o naufrágio da autoridade, o poder ilimitado materno e a ameaça de clonagem e a extinção da diferença” (Magalhães e Féres-Carneiro, 2004, p. 252).

Para Giddens, as constantes batalhas entre a tradição e a modernidade parecem libertar a família do poder da tradição.

“A tradição passa a ser esvaziada de seu conteúdo, e a indústria da herança processa seus legados e comercializa-os segundo a lógica do espetáculo e do consumo (...) Alguns dos pilares de sustentação da transmissão geracional, como a autoridade paterna reconhecida e legitimada pelo sócio-cultural, tem sido questionada, relativizada e enfraquecida.” (Magalhães e Féres-Carneiro, 2004, p252)

Em decorrência de tantas transformações na família, Mello de Nascimento (2006) ressalta que o Direito de Família também precisou se adaptar e incorporar algumas dessas transformações. Naquele texto encontramos também as atualizações necessárias, incorporadas no Novo Código Civil Brasileiro.

A definição de família abrange a unidade formada por casamento, união estável ou comunidade de qualquer genitor e seu(s) descendente(s). No antigo código, a família legítima era definida apenas pelo casamento oficial. O casamento passou a ser a comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges, e é apenas uma das formas de constituir família. Os filhos adotados e concebidos fora do casamento têm direitos idênticos aos nascidos dentro do matrimônio. Não faz mais sentido falar em filhos legítimos e ilegítimos, são filhos da mesma forma. A palavra pessoa substitui a palavra homem, o “pátrio poder” passou a ser poder familiar e também pode ser atribuído à mãe. A família é dirigida pelo casal, o homem não é mais a cabeça da família. Como ficou estabelecido com a lei brasileira do divórcio, a guarda dos filhos é dada a quem tiver melhores condições para exercê-la e não ao cônjuge que não tiver provocado a separação.

3.3.1 – o impacto dessas transformações nas empresas familiares

De acordo com o cenário atual, com as diversas formas de família coexistindo na mesma cultura, com diferentes composições possíveis tanto pelos seus integrantes e pela redefinição de papéis familiares quanto pela nova distribuição de poder, Machado (2005) chama a atenção para algumas recentes transformações nas famílias, que, para a autora, influenciarão nas empresas familiares, a saber:

- a nova distribuição de poder resultante da queda da estrutura patriarcal.
- o aumento da distância entre as gerações já que as pessoas têm filhos mais tarde. “Apesar disso, o convívio entre as gerações se apresenta modificado, principalmente, com a intensificação da convivência entre avós e netos, muitas vezes maior do que entre pais e filhos” (Machado, 2005, p. 319).

- o reduzido número de filhos por vários fatores como, por exemplo, a entrada da mulher no mercado de trabalho, a queda financeira e até pelo predomínio do individualismo; contudo, nas famílias recasadas há uma ampliação da família envolvendo os filhos de cada um dos cônjuges e os filhos desse novo relacionamento.

Giddens (1999) ressalta que hoje ter filho é muito diferente do que foi para as gerações anteriores. Na família tradicional, os filhos eram uma vantagem econômica, hoje, ao contrário, representam um grande encargo financeiro para os pais.

Para Machado (2005), essas transformações podem interferir nas empresas familiares. Com a redução do tamanho da família, foi reduzido, também, o número de potenciais sucessores. Frequentemente, encontramos casos de empresas familiares com um único sucessor e que são vendidas porque o sucessor quer seguir um outro caminho, independente da empresa. Entretanto, nas famílias recasadas a “empresa pode ser o local de trabalho dos filhos do 1º e do 2º casamento e dos agregados, ampliando sobremaneira o envolvimento familiar na empresa” (Machado, 2005, p320). Dessa forma, há impactos significativos nos processos sucessórios, de distribuição de poder e de comunicação.

A distância entre as gerações faz com que os filhos nascidos quando seus pais tinham 30 anos ou mais ingressem no mercado de trabalho quando seus pais estão próximos dos 60, ou seja, próximos da aposentadoria.

“O convívio entre sucessor e sucedido na empresa passa a ser mais curto e a distância de idade é maior, o que pode interferir no processo de transição e continuidade dessas organizações, pois o gerenciamento pelos sucessores pode ser muito diferente daquele adotado pelo sucedido.” (Machado, 2005, p320-321)

As pesquisas destacam ainda a influência das esposas na direção das empresas familiares – mas, nem sempre, o papel dessas mulheres representa um poder legítimo nas organizações (Rowe e Hong, 2000). A grande maioria dos estudos sobre empresas familiares é baseada em organizações fundadas e administradas por homens que serão sucedidos por homens.

Vidigal (2000) escreveu sobre a resistência nas empresas familiares em se aceitar mulheres na sucessão, constatando que elas (as mulheres) podem ser consideradas sucessoras, principalmente quando não há sucessores do sexo masculino. Relatou casos de empresas familiares brasileiras de origem italiana, entre as quais o hábito de não permitir que as filhas se tornem sócias da empresa

as exclui não apenas como sucessoras, mas também como herdeiras da empresa. Isso demonstra como restrições culturais podem limitar o ingresso da mulher na sucessão das empresas familiares.

Machado (2005) sugere que sejam realizadas pesquisas enfocando as transformações familiares delas decorrentes, pois, os estudos preconizam a lógica da família patriarcal e, este modelo representa uma pequena parte das estruturas familiares.

As sugestões de Machado (2005) são interessantes, assim como a explanação sobre as famílias pós-modernas. Entretanto, no nosso estudo entrevistamos pessoas com algum tipo de ligação (dependendo do grupo de sujeitos) com empresas familiares de, pelo menos, 20 anos de existência. Essas empresas ainda estão sob influência do modelo de família tradicional, patriarcal. Muito provavelmente, as empresas familiares mais novas podem sentir o impacto dessas transformações de uma maneira muito mais forte.

Uma mudança significativa que percebemos diz respeito às relações entre o casamento arranjado e o consumo irracional do patrimônio. Como apresentamos, ao abordarmos as capitâncias hereditárias, durante muito tempo os negócios eram passados de pai para filho, em especial para o primogênito. Foi assim com as capitâncias hereditárias, com as fazendas, com os ofícios e também com as empresas. Então, a fim de preservar a unidade familiar e não dispersar o patrimônio, muitos casamentos eram arranjados dentro da própria família. Era uma forma de manter o patrimônio na mesma família.

Hoje, porém, as novas gerações da família trazem consigo outras crenças e valores; são sujeitos em uma sociedade em que se valoriza, sobretudo, o consumo. Algumas pessoas passam a dar prioridade ao prazer, ao consumo irracional do patrimônio familiar na forma de viagens, bens importados, etc.; valorizam a cultura e a ostentação de posições sociais mais elevadas. Como ressalta Denize Grzybovski (2000), “as novas práticas da família requerem vultosas importâncias monetárias que os empreendimentos não conseguem sustentar” (2000, p.8). Infelizmente o que vemos acontecer é que, muitas vezes, a empresa não resiste à essas “retiradas”, a família perde o seu patrimônio e esses fatos contribuem para reforçar o mito do pai rico, filho nobre e neto pobre.